





MENSAGEM Nº 9327 , DE J7 DE dezembro DE 2024.

Senhor Presidente,

de

za, aos

Submeto à elevada consideração da Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, observados os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que "ALTERA A LEI Nº 17.406, DE 12 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, AS COMPETÊNCIAS, A COMPOSIÇÃO, A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CEPOD, ALTERA A LEI N.º 14.217, DE 3 DE OUTUBRO DE 2008, E ALTERA A LEI N.º 16.710, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018".

A proposição em questão visa ajustar a estrutura e as competências do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas — Cepod, de acordo com as necessidades percebidas após sua instituição. Além disso, alinha a composição à atual estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual, ampliando, de forma paritária, também a participação da sociedade civil na discussão acerca da política sobre drogas no Ceará.

Com a aprovação do presente Projeto de Lei, o Cepod passará a ter 30 (trinta) membros, sendo 15 (quinze) representantes governamentais e 15 (quinze) da sociedade civil, dentre organizações, movimentos populares, entidades religiosas, grupos de apoio, representantes de usuários, conselhos e instituições de educação e pesquisa, além de representantes convidados do Poder Público.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar sua valiosa colaboração no seu encaminhamento, de modo a colocá-la em tramitação, tendo em vista a importância da matéria.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos seus eminentes pares, protesto de elevado apreço e distinguida consideração.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortale-

de 2024.

9

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

A Sua Excelência o Senhor Deputado Evandro Sá Barreto Leitão Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará Para conferir, acesse o sile https://suite.ce.gov.br/validar-documento e informe o código 01EA-AE1A-0567-C5DA

1





PROJETO DE LEI

ALTERA A LEI N° 17.406, DE 12 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, AS COMPETÊNCIAS, A COMPOSIÇÃO, A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CEPOD, ALTERA A LEI N.° 14.217, DE 3 DE OUTUBRO DE 2008, E ALTERA A LEI N.° 16.710, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ decreta:

Art. 1º A Lei nº 17.406, de 12 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica criado o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – Ccpod, nos termos do inciso XXXIII do art. 21 da Lei nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, que tem por finalidade exercer orientação normativa e consultiva, de deliberação coletiva e natureza paritária, bem como sugerir e acompanhar a implementação das diretrizes da Política Estadual sobre Drogas, no âmbito da Secretaria da Proteção Social – SPS, visando o exercício do controle social." (NR)

"Art. 2" ...

III - acompanhar a execução orçamentária da política sobre drogas, no âmbito da Secretaria da Proteção Social - SPS;

IV - estimular pesquisas e levantamentos sobre os aspectos de saúde, educacionais, sociais, culturais e econômicos decorrentes do uso e da oferta de álcool e outras drogas, que propiciem uma análise capaz de nortear as políticas públicas na área de drogas;

... " (NR)

"Art. 3º O Cepod será composto por 30 (trinta) membros, sendo 15 (quinze) representantes governamentais e 15 (quinze) representantes da sociedade civil, titulares e suplentes.

§ 2º Comporão o Conselho, para os fins do § 1º, deste artigo:

I – I (um) representante da Secretaria da Proteção Social – SPS;

II – 1 (um) representante da Secretaria da Saúde – Sesa;

III – 1 (um) representante da Secretaria da Educação – Seduc;

IV - 1 (um) representante da Secretaria do Esporte - Sesporte;

V - 1 (um) representante da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS;



- 000
- VI 1 (um) representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior Secitece;
- VII 1 (um) representante da Secretaria da Cultura Secult;
- VIII 1 (um) representante da Secretaria das Cidades Scidades;
- IX I (um) representante da Secretaria dos Direitos Humanos Sedih;
- X-1 (um) representante da Secretaria da Diversidade Sediv;
- XI 1 (um) representante da Secretaria da Igualdade Racial Seir;
- XII 1 (um) representante da Secretaria das Mulheres SEM;
- XIII 1 (um) representante da Secretaria da Juventude Sejuv;
- XIV 1 (um) um representante da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização SAP;
- XV 1 (um) representante do Departamento Estadual de Trânsito Detran.
- § 3º Comporão o Conselho como representantes da sociedade civil:
- I-3 (três) representantes de Conselho ou Representação de Classe Profissional, escolhido em rodízio por mandato, conforme regulamento;
- II 2 (dois) representantes de Organização da Sociedade Civil OSC regularmente constituída há, pelo menos, 2 (dois) anos, com efetiva atuação junto à prevenção, ao acolhimento, ao tratamento e à reinserção social e profissional das pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, escolhidos em rodízio por mandato, conforme regulamento;
- III 1 (um) representante de entidade religiosa regularmente constituída há, pelo menos, 2 (dois) anos, com efetiva atuação junto à prevenção, ao acolhimento e à reinserção social e profissional das pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, escolhidos em rodízio por mandato, conforme regulamento;
- IV 2 (dois) representantes de usuários de álcool e outras drogas, escolhidos em rodízio por mandato, conforme regulamento;
- V-1 (um) representante de grupos de apoio que tenham relação com a política de álcool e outras drogas, escolhidos em rodízio por mandato, conforme regulamento:
- VI 2 (dois) representantes de movimentos populares com atuação na área de Políticas Sobre Drogas e/ou representantes de movimentos na área de juventude, de pessoas em situação de rua, de bairros e favelas, da luta antimanicomial que tenham relação com a política de álcool e outras drogas, escolhidos em rodízio por mandato, conforme regulamento;
- VII 2 (dois) representantes de Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas Compod, escolhido em rodízio por mandato, conforme regulamento;
- VIII 2 (dois) representantes de instituição de ensino superior, pública ou privada, que atuem na pesquisa acadêmica.
- § 7º Integrarão o Cepod, mediante convite, sem direito a voto, 1 (um) representante de cada uma das seguintes instituições:
- I Ministério Público do Estado do Ceará MPCE;
- II Assembleia Legislativa do Estado do Ceará Alece; e
- III Defensoria Pública do Estado do Ceará DPCE." (NR)

"Art. 80 ...

Documento assinado eletronicamente por: RAFAEL MACHADO MORAES em 09/12/2024, às 14:53 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34,097, de 8 de jurnho de





I - Plenário:

II – Presidente;

III – Vice-presidente;

IV - Secretaria Executiva; e

V - Comissões.

§ 2º A Presidência do Cepod será exercida pela SPS, na pessoa de seu titular ou de quem este indicado.

§ 3º Revogado.

§ 7º A Secretaria Executiva do Cepod será ocupada por servidor ou profissional de reconhecida experiência na área, indicado pela SPS.

§ 8º A Vice-presidência do Cepod será exercida por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução." (NR)

"Art. 9º A representação do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - Cepod será exercida por seu Presidente e, na sua ausência ou impedimento, por seu Vice-Presidente." (NR)

"Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária da SPS, que serão suplementadas, se necessário. Parágrafo único. Os recursos empregados nas despesas de que trata o caput deste artigo, quanto à sua programação, execução e comprovação de aplicação serão objeto de regulamentação pelo titular da SPS." (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 3º do art. 8º da Lei nº 17.406, de 12 de março de 2021.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,

de aos

de 2024.

Elmano de Freitas da Costa

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Documento assinado eterronicamente por: RAFAEL MACHADO MORAES em 09/12/2024, às 14:53 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de

4